

A person wearing a blue long-sleeved shirt is sitting at a desk, writing with a yellow pencil on a piece of paper. The background is slightly blurred, showing other people in a classroom or office setting. The overall tone is professional and educational.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação de jovens e adultos [recurso eletrônico] : ações de consolidação da agenda / Organizador Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-181-7 DOI 10.22533/at.ed.817201407</p> <p>1. Educação de jovens e adultos. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Professores e alunos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 372</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal
creio na superação dos erros
e angustia do presente.
(Cora Coralina, Oferta de Aninha)

Uma das funções da EJA (Educação de Jovens e Adultos), é reparar os danos educacionais negados essa parcela da sociedade, e provocar mudanças não só nos sujeitos envolvidos. Para isso é necessário que se tenha em mente que essa modalidade de ensino é um pouco mais complexa que as demais, pois os alunos da EJA são jovens e adultos trabalhadores ou não, maduros possuidores de uma consciência e um conhecimento formado a respeito da escola e do mundo e deve ser respeitado. As competências de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são lacunas políticas que ocorrem do interesse dos que operam com e na EJA com o objetivo de se constituírem coletivamente para trabalhar pelo direito ao ensino. Por vez, é fundamental estabelecer o que se verifica em que constituem as políticas públicas sendo que os alunos desse nível já são trabalhadores cansados da vivência cotidiana que busca aperfeiçoamento nos estudos ou até mesmo apenas a conclusão do mesmo e muitas vezes se sente desmotivado pelo descaso público com a EJA que sobrevive sem recurso e sem capacitação adequada aos professores. A partir dos anos de 1990, sobretudo a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, os signatários desse evento comprometeram-se em instituir um conjunto de medidas de cunho reformista, as quais se desdobraram, entre outros exemplos no Brasil, na aprovação da LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), cuja essência não traduziu o que a sociedade brasileira vinha discutindo na agenda da política educacional. Analisando os estudos de Gajardo (1999) e de Azevedo e Silva (2012), identificamos que a reforma educativa refletiu os diversos compromissos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando explícitas as orientações de cunho neoliberal. Nessa perspectiva, os estudos de Moura (2006) ressaltam que a educação profissional foi enquadrada na chamada dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. Enquanto o ensino médio encontra-se na esfera – última etapa – da educação básica, a educação profissional encontra-se em capítulo distinto. Assim sendo, Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. [...] algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2006, p. 15-16). Para o autor, a separação entre o ensino médio e a educação profissional foi objeto de interesse político no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Projeto de Lei nº 1603 já indicava essa tendência, mesmo antes da LDB. Em face de intensos e tensos debates, o PL nº 1603

foi traduzido para alguns artigos da LDB, conforme ressalta Moura (2006), além de ficar condicionado a decretos, sendo os mais evidentes o Decreto nº 2.208/97 e o 5.154/2004. A educação de jovens e adultos no Brasil é reconhecida como modalidade educativa, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), respaldando-se de um lado, no marco legal, estabelecido a partir dos anos de 1980, com a Constituição Federal, e, de outro, no conjunto de ações governamentais materializadas em programas e projetos. Além de se constituir como modalidade educativa vinculada aos sistemas oficiais de educação, de acordo com Gadotti (2001), podemos identificar a educação de adultos não formal geralmente vinculada a organizações não governamentais, igrejas, partidos políticos, entre outros, bem como a educação popular, resultado do “[...] processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico” (GADOTTI, 2001, p. 30). No que diz respeito ao marco legal para a educação. Em tempos de caminhos e descaminhos no contexto da política educacional brasileira, sobretudo no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e do discurso e das lutas por um sistema articulado que garanta a educação como um direito pleno e de qualidade socialmente referenciada, a educação de jovens e adultos situam-se num contexto marcado por desafios no que diz respeito à educação e ao trabalho, sobretudo mediante os altos índices de analfabetismo e da necessidade de qualificação como um dos importantes componentes de inserção ao mundo do trabalho.

Boa leitura a todos!!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APRENDIZAGEM PERMANENTE DE ADULTOS IDOSOS À LUZ DA COMPLEXIDADE	
Josseane Araújo da Silva Santos Ana Maria Freitas Dias Lima Clebson Gomes da Silva Lilian Gama da Silva Póvoa Maria José de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.8172014071	
CAPÍTULO 2	12
ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: O PANORAMA DA LEGISLAÇÃO ATUAL	
Ana Gabriela Ferreira Brito Wesquisley Vidal de Santana Andressa Borges Xavier Ceila Maria Menezes Oliveira Lidiane Ribeiro da Silva Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Luiz Sinésio Silva Neto Neila Barbosa Osório	
DOI 10.22533/at.ed.8172014072	
CAPÍTULO 3	17
CORPORALIDADE E ÉTICA NA EJA: A VOZ DA GESTÃO	
Ana Lidia Felipe Guimarães Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.8172014073	
CAPÍTULO 4	27
A SUBCOORDENADORIA DE JOVENS E ADULTOS: ARRIEIROS NA HISTÓRIA DE POLÍTICAS DE ACESSO A EJA NA REDE ESCOLAR DO RN	
Liz Araújo Walter Pinheiro Barbos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8172014074	
CAPÍTULO 5	38
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO PERCURSO HISTÓRICO À PRÁTICA ESCOLAR	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.8172014075	
CAPÍTULO 6	50
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO	
Marenilda Gomes do Nascimento Araújo Nilda da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.8172014076	
CAPÍTULO 7	66
FEIRA DE CIÊNCIAS JUNTO AO EJA: CONSTRUINDO A CIDADANIA	
Iêda Aparecida Pastre Nayara Cristina Silva Caldas	

Geovana Destro Cardoso
Gilmarcio de Oliveira Correia Junior
Carlos Eduardo Piovezan
Bruna Alves Moreira Fornari
Barbara Freitas Floriano
Mariana Gouveia Furlan
Janaina Alves Farias
Naira Biagini Maltoni
Ana Rita Rocha Lemos Viana Barbas
Vera Aparecida de Oliveira Tiera

DOI 10.22533/at.ed.8172014077

CAPÍTULO 8 76

FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA E COTIDIANOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Amilton Alves de Souza
Débora Regina Oliveira Santos
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.8172014078

CAPÍTULO 9 87

ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INTERFACES COM A QUESTÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Juliana Souto Santos

DOI 10.22533/at.ed.8172014079

CAPÍTULO 10 98

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO EM EJA: A REALIDADE DO TOPA

Cláudia Madalena Feistauer

DOI 10.22533/at.ed.81720140710

CAPÍTULO 11 104

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EJA: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES, CONTEÚDOS E O PAPEL DO PROFESSOR

Carlos André Bogéa Pereira
Waléria de Jesus Barbosa Soares
Elke Rusana Pires Santos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.81720140711

CAPÍTULO 12 112

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Paulo Alexandre Filho
Claudionor Renato da Silva
Débora Cristina Machado Cornélio
Fernanda Fernandes
Valquiria Nicola Bandeira
Cláudia de Fátima Oliveira
Rosymeire Bispo Palmas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81720140712

CAPÍTULO 13 122

CRESCER JUNTOS NA PARENTALIDADE POSITIVA: COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PARENTAL

[Olívia de Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.81720140713

ÍNDICE REMISSIVO 137

SOBRE A ORGANIZADORA..... 138

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA

Data de aceite: 10/07/2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
IFSP

Marilurdes Cruz Borges
UNIFRAN

Monica Soares
UNESP

Paulo Alexandre Filho
UNESP

Claudionor Renato da Silva
UFG

Débora Cristina Machado Cornélio
UNESP

Fernanda Fernandes
UFPR

Valquiria Nicola Bandeira
UNIARA

Cláudia de Fátima Oliveira
UNIFRAN

Rosymeire Bispo Palmas da Silva
UNESP

RESUMO: Este trabalho, de revisão bibliográfica e cunho qualitativo, discute sobre a importância da Educação Sexual Emancipatória na aprendizagem de jovens e adultos, a partir de reflexão teórica. Esta abordagem pode ser relacionada com as ideias de Paulo Freire, tendo em vista sua natureza política. As intenções

da pesquisa são colaborar na construção do conhecimento sobre educação sexual para EJA e sobre os possíveis lugares que a educação científica pode ocupar nesse contexto. Validamos o processo de aprendizagem contínua como uma necessidade do ser comprometido com a sua própria vida, e que a mantém em contínuo desenvolvimento. As atividades do curso da vida, por sua vez, resultam em uma melhoria da sua qualidade de vida, a serviço dos estudantes da EJA de um ponto de vista crítico, que evita as visões hegemônicas tradicionais sobre sexo e sexualidade, é a intenção fundamental da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual, Educação de Jovens e Adultos, Emancipação. Sexualidade

SEXUAL EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS: CONTRIBUTIONS TOWARDS AN EMANCIPATORY APPROACH

ABSTRACT: This work, with a bibliographic review and qualitative nature, discusses the importance of Emancipatory Sexual Education in the learning of young people and adults, based on theoretical reflection. This approach can be related to Paulo Freire's ideas, in view of his political nature. The intentions of the research are to collaborate in the construction of knowledge about sex education for EJA and

about the possible places that scientific education can occupy in this context. We validate the process of continuous learning as a need to be committed to your own life, and that keeps it in continuous development. Life course activities, in turn, result in an improvement in their quality of life, at the service of EJA students from a critical point of view, which avoids traditional hegemonic views on sex and sexuality, is the fundamental intention of search

KEYWORDS: Sex Education, Youth and Adult Education, Emancipation. Sexuality

Educação sexual emancipatória “está ligada à pedagogia da” educação emancipatória “, baseado na” educação libertadora “formulada por Paulo Freire com base em sua” pedagogia do oprimido “; que é uma teoria inseparável de uma prática política de mudança. Portanto, essa abordagem está comprometida com práticas que garantam a educação sexual emancipatória buscando desalojar certezas, desafiar debates e reflexões. “(Furlani, 2011). A educação sexual emancipatória também é denominada combativa ou política, pois está comprometida com a transformação social, como forma de compromisso pessoal nos esforços coletivos para transformar os padrões de relações sexuais e sociais.

Compreender a utilização de materiais de apoio sobre sexualidade e educação sexual de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394/96 estabeleceu no Art. 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Portanto, aqueles que não conseguiram completar ou efetuar na idade regular os estudos podem concluí-los por meio do EJA.

A palavra corpo, sendo uma das mais ricas da língua portuguesa, sempre foi objeto de curiosidade por ser uma engrenagem misteriosa, levando com que cada área do conhecimento humano apresentasse possíveis definições para o corpo como seu objeto de estudo. Já por corporeidade, entendemos a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional com o mundo. Na filosofia, Platão definiu o homem composto pela cisão entre dois mundos: o inteligível da alma e o sensível do corpo; enquanto para Descartes, o corpo como organismo é uma máquina tanto que tem aparelhos.

Segundo a antropologia (LARAIA, 2006), o corpo é a expressão da cultura sendo, portanto, objeto de sua expressão. Várias sociedades primitivas já expuseram o corpo, representaram esse corpo e se comportaram de diferentes maneiras em relação a ele. Para Rodrigues (1986), a estrutura biológica ontológica do ser humano lhe permite ver, ouvir, cheirar, sentir e pensar, enquanto a cultura lhe forneceria o rosto de suas visões, os cheiros agradáveis ou desagradáveis, os sentimentos alegres ou tristes e os conteúdos do pensamento. Traçar o limite entre o que é biológico e o que é cultural é muito difícil, uma vez que o próprio conceito de biológico é uma construção cultural, podendo ser diferente de uma sociedade para outra.

O enfoque emancipatório da educação sexual, como vimos, é enviesada por um Perspectiva freiriana. Paulo Freire se opõe educação bancária para uma educação libertadora. Essa proposta está relacionada ao abandono de uma visão educacional domesticadora,

exercida por um grupo dominante sobre um grupo de oprimidos (2005). A educação, na opinião de Paulo Freire, tem um caráter eminentemente político. A educação sexual emancipatória, por sua vez, também assume essa prerrogativa.

O corpo humano é um corpo histórico, social e cultural. É o produto da história e da cultura que estão associadas a uma biologia que também é histórica e cultural. O corpo humano é, portanto, muito mais que um aparato biológico. É uma construção na qual operam padrões e valores sociais, apresentando marcas de tempo e espaço que não apenas constituem a história de vida de seus sujeitos, mas também as transcendem. É construído e modificado por quem o incorpora e que continuamente constrói e modifica no meio dos processos culturais e sociais nos quais está inserido.

Portanto, a sexualidade deve ser abordada com naturalidade, pois é dessa maneira que ela se manifesta. Os temas devem ser colocados de acordo com os interesses dos alunos e atender às demandas pedagógicas, observando os valores ideológicos previamente introduzidos pela família e demais grupos sociais, bem como a faixa etária dos educandos (WEREBE, 1998).

O corpo é provisório e mutante, suscetível a inúmeras intervenções, dependendo do desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como de suas leis, códigos morais, representações que cria sobre os corpos, discursos que produz e reproduz. (GOELLNER, 2010, p. 28).

Os processos de construção e modificações pelas quais o corpo passa, tornar-se o corpo humano resultado de aquisições culturais e sociais, obviamente inseridas em processos históricos. E como nossa história está ligada à passagem do tempo, continuamente construímos, mudamos e remodelamos nosso corpo ao longo de nossas vidas. Dessa maneira, os corpos humanos são remodelados e recriados ao longo da história.

Figueiró (2009) aponta que ensinar sobre sexualidade na escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino, mas envolve ensinar através da atitude do educador. De acordo com Furlani (2009) o objetivo fundamental é contribuir para que alunos possam viver suas sexualidades de forma emancipatória, prazerosa e afetiva. E se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro e garantir direitos básicos como a saúde, informação e o conhecimento, estes são elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades, direitos e deveres.

Refletir e argumentar a sexualidade e facilitar o ensino integrado e contextualizado é preciso vincular diversas formas pedagógicas de ensino e aprendizagem, não se acomodando apenas ao espaço escolar e seus objetos didáticos. E a partir dos relatos dos professores, o diálogo, os livros didáticos, filmes e slides são as estratégias e métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem e contribuiriam para auxiliá-los na transmissão do conhecimento. Dentre as estratégias utilizadas pelos professores o diálogo é seu núcleo. Para Cordeiro (2010) a linguagem é estruturante da relação pedagógica e influência na aprendizagem dos estudantes. A partir da formação cultural, as pessoas carregam uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes, negativos, em relação ao sexo e dificulta falar abertamente sobre ele. Assim, quando o professor se propõe educar sexualmente os alunos,

há que se pensar, em oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente participando de estudos (FIGUEIRÓ, 2009). Esse processo de autoconhecimento e aprendizagem é relevante, pois, segundo Barcelos et al. (1996, p. 151) “os educadores, em sua maioria, continuam tratando o assunto apenas nos aspectos biológicos, ou no máximo, convidam um palestrante médico para isso”.

Por fim, como afirmam Silva e Carvalho (2005) às oportunidades de desenvolvimento profissional nunca se esgotam por isso o professor nunca dominará totalmente sua trajetória, necessitando buscar novos caminhos constantemente.

Ao longo de histórias de vida, histórias em histórias e histórias na história, curiosidades, ideias e perguntas geradas durante as aulas de ciências sobre sexualidade são processos inerentes de aprendizado e devem ser adotadas e usadas para ajudar as aulas de ciências a se tornar um espaço acolhedor para os sujeitos de suas aulas. Nas dimensões mais variadas.

A noção de sexualidade humana não pode ser limitada à noção de genitalidade, de instinto ou libido, como indica Figueiró (2006). Essas tendências / noções são comuns na educação sexual formal. A sexualidade de cada ser transcende a biologia humana e também transcende a esfera individual do sujeito.

Sempre existe com referência a ele, mas ao mesmo tempo não é exclusivamente individual, pois se enquadra em um contexto social, histórico e cultural, sujeito a ações, decisões e intervenções governamentais. Para Heilborn (2001, p.41), “a sexualidade humana não é uma equipe com a qual nascemos: é, como qualquer outra atividade humana, o produto de aprender significados sociais.

A sexualidade de cada pessoa só pode ser construída em sua história de vida, mas está envolvida por um arsenal de História. Por influenciar pensamentos, sentimentos, ações, interações e saúde (física, mental, social), é possível afirmar que um bom trabalho em sala de aula sobre sexualidades e suas dimensões é um trabalho de promoção de saúde. Para Louro (2000), a sexualidade tem a ver com a maneira como “socialmente” vivemos nossos prazeres e desejos, com a maneira como usamos nosso corpo, com o que dizemos sobre isso. No entanto, lidar com a sexualidade na sala de aula não é uma tarefa simples.

Primeiro, porque o que existe não é “sexualidade”, mas sexualidades no plural. E desvendar, abraçar, acolher e falar sobre as múltiplas possibilidades da sexualidade pode parecer uma tarefa difícil, tanto para os alunos quanto para os professores. Falar sobre sexo com uma abordagem histórico-cultural é uma tarefa difícil para todos. Valores, crenças, marcas culturais são imbuídos em cada um de nós e farão parte do processo de ensino-aprendizagem.

Os professores podem facilmente condicionar os alunos na sala de aula a ouvirem a “voz da autoridade” abordar questões que afetam a privacidade e a subjetividade um do outro sem fazer perguntas e ao mesmo tempo, com certa facilidade, a postura dos alunos também pode embaraçar o professor, o que dificulta a execução de uma proposição de trabalho mais livre sobre o assunto.

A educação sexual realizada no âmbito da EJA apresenta várias particularidades relacionado a esse público. O público em geral da EJA, tem mais vida e experiências mais

complexas do que o público adolescente e infantil: a maioria já é mãe, já sabe explorar um preservativo, conhece as possibilidades de ISTs e mesmo que já tenham tido a experiência sexual, então, o que falar com esses alunos? O que eles querem saber? Se você sabe tanto, o que você não sabe?

Hobsbawn (1995) apresenta outro argumento para justificar a fertilidade de conhecer adultos e jovens nos espaços escolares. O historiador inglês aponta que, a partir do terceiro quartel do século XX, um novo fenômeno começa a fazer parte da realidade do mundo ocidental. Pela primeira vez, os jovens podem ensinar à população adulta e maior conhecimento do desconhecido da geração anterior.

Com o advento da sociedade da informação, os jovens se tornaram guardiões do conhecimento e das práticas de uma ferramenta fundamental: o uso de computadores e o sistema de rede global (Internet). No entanto, o mesmo pensador aponta que a geração jovem se formou longe de referências comuns, num presenteísmo em que eventos passados e valores acumulados pela sociedade não fazem muito sentido. Talvez tenhamos aqui uma pista para promover a reunião, o diálogo e o treinamento entre dois grupos etários e gerações? Certamente. Uma das mudanças que devemos fazer é na área de compromissos.

Como sabemos, as políticas de inclusão e apelo de jovens e adultos à EJA e outras possibilidades de educação, alfabetização e / ou escolaridade geralmente se referem àquelas pessoas que usam o termo “sujeitos da EJA”. O que vemos é que, na EJA, esses “sujeitos abstratos” se materializam de diferentes maneiras em que agem e assumem papéis diferentes em contextos sociais com as mais variadas formas de organização.

Em resumo, o rejuvenescimento do público da EJA nos últimos anos criou um novo desafio para os estabelecimentos de ensino: construir propostas educacionais que integrem duas gerações que tenham em comum o fato de ter um baixo nível educacional, o que é negado, o direito à educação quando crianças, que vivem em estado de pobreza e vulnerabilidade social e que ocupam o mesmo território geográfico. Por um lado, o encontro desses sujeitos pode intensificar um processo de animosidade que enfraquece o processo educacional; Por outro lado, pode-se criar condições que permitam aos adultos ajudar os jovens a melhorar sua herança cultural histórica, bem como capturar a memória coletiva do grupo social em que estão inseridos, para que esses jovens ajudem os adultos a se desenvolver a vida com o diferente.

Para isso, os alunos devem criar situações em que o jovem sujeito possa, por meio de um processo interativo, contribuir para a formação daqueles que pertencem à geração anterior.

Foucault (1988) concebeu o corpo como o lugar de todas as interdições. Todas as regras sociais tendem a construir um corpo pelo aspecto de múltiplas determinações. Louro (2000) diz que os corpos são significados pela cultura e continuamente por ela alterados. Eles são históricos e inconstantes, suas necessidades e desejos mudam. Eles se alteram com a passagem do tempo, com mudanças nos hábitos de vida, com possibilidades distintas de prazer, com novas formas de intervenção médica e tecnológica, com novos rituais, códigos e linguagens.

Ontogenicamente, o corpo humano também passa por inúmeras transformações naturais da idade. Maturana e Varela (1997) afirmam que os “sistemas vivos” podem ser caracterizados como uma unidade de interações com o meio ambiente, esses sistemas determinam qual troca fazer, onde e quando, sempre em função da conservação de sua capacidade de autoorganização – autopoiese. Tal perspectiva do corpo humano enquanto sistema vivo interativo e dinâmico abarca ainda aspectos intrínsecos como o desenvolvimento embrionário, a reprodução e a evolução que convergem para a preservação da identidade do sistema, ou seja, a sobrevivência do indivíduo.

Carvalho (2009), no artigo “Movimento e expressão corporal na EJA”, resignifica as experiências corporais e lúdicas no processo de escolarização, destacando a importância de se considerar o corpo do estudante como parte integrante de sua aprendizagem.

De acordo com uma pesquisa sobre o conceito de corpo (VOLP & DEUTSCH, 1995) realizada com estudantes de graduação de Biologia, Ecologia e Educação Física da UNESP, tanto a concepção de corpo mudou ao longo da história da humanidade, quanto a relação do ser humano com seu corpo. Entretanto, essa concepção de corpo mutável e diversificado ainda guarda componentes de uma visão mecanicista e determinista, como vimos ao longo desse trabalho, que está impregnada na sociedade e nos discursos dos educadores.

Atualmente as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são, em sua maioria, ocupadas por adolescentes caracterizados por esse perfil de faixa etária. Adolescentes que estão em fase de descobertas, que precisam de informações sobre sexualidade, para que contribua em seu processo de aprendizagem, ocasionando a prevenção de malefícios provenientes de uma vida sexual não saudável. A sexualidade é algo inerente de cada pessoa, na qual passa por mudanças constantes e que se constrói a partir da realidade de cada um, do meio social que se insere ou até mesmo por novas buscas de identidades. Por estas características, a sexualidade por ser assunto muito restrito, confiava somente há alguém muito próximo, íntimo e ao parceiro sexual.

A sexualidade ou o sexo “como se dizia” era privilégio da vida adulta, mesmo assim, já vinha sendo experimentada antes que se chegasse à vida adulta, por causa de fatores, tais como: geração, raça, nacionalidade, religião, etnia, que serviam como ensaio à preparação a uma vida sexual (LOURO, 2000). Nas últimas décadas, profundas transformações sociais alteraram e vem alterando concepções, práticas e identidades sexuais.

Para Guimarães (1995) a escola ainda se mostra tradicional e conservadora, impedindo, assim, que a “fala” seja feita de maneira tranquila e equilibrada, pois esse recinto ainda não se posiciona bem resolvida quanto a este assunto, cultivando a vergonha ao se “falar sobre sexo”

Novas formas de relacionamento, estilo de vida, se tornaram mais acentuados a partir dos anos de 1970 e aceleraram essas transformações sociais ainda mais nas décadas seguintes (LOURO, 2000). No contexto escolar ainda existe muito silenciamento por assuntos que dizem respeito à sexualidade, esse ato aparentemente bloqueado, trazido por um histórico social, também impede muitos educadores de levarem a discussão de sexualidade até a sala de aula. No entanto, existem outras realidades, como o medo da orientação sexual

escolar, que precisa ser superado para que haja visão mais compreensiva dos alunos sobre o assunto. No entanto, a partir do momento que o indivíduo é integralizado no ambiente escolar, é inevitável que este sujeito não esteja ligado a termos referentes à sexualidade.

Nesse sentido, precisa-se discutir a formação com que estão sendo preparados os professores para encarar a orientação sexual na escola, cuja maioria se sente despreparada para abordar essa temática. O professor, como sujeito que também possui sexualidade relacionada com suas vivências, necessita ficar atento para que não ocorra transmissão de valores, crenças e opiniões como verdades absolutas no ambiente escolar (SILVEIRA, 2010).

Atualmente as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são, em sua maioria, ocupadas por adolescentes caracterizados por esse perfil de faixa etária. Adolescentes que estão em fase de descobertas, que precisam de informações sobre sexualidade, para que contribua em seu processo de aprendizagem, ocasionando a prevenção de malefícios provenientes de uma vida sexual não saudável, sendo que a educação sexual, característico da educação informal, aborda a sexualidade como algo aprendido ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia.

De acordo com Sayão (1997) o professor deve ser o mediador e o organizador do processo pedagógico, favorecendo um novo olhar sobre a situação, propondo outras fontes de informação e possibilitando ao aluno refletir sobre novas construções de pensamentos

A sexualidade é algo inerente de cada pessoa, na qual passa por mudanças constantes e que se constrói a partir da realidade de cada um, do meio social que se insere ou até mesmo por novas buscas de identidades. Por estas características, a sexualidade por ser assunto muito restrito, confidenciava somente há alguém muito próximo, íntimo e ao parceiro sexual. A sexualidade ou o sexo “como se dizia” era privilégio da vida adulta, mesmo assim, já vinha sendo experimentada antes que se chegasse à vida adulta, por causa de fatores, tais como: geração, raça, nacionalidade, religião, etnia, que serviam como ensaio à preparação a uma vida sexual (LOURO, 2000).

Vitiello (1994) afirma que idealmente devem ser ministradas por meio de metodologias participativas e dialógicas, baseadas em uma realidade sociocultural, desenvolvida com criatividade, intimista e lúdica. Deste modo, levando em consideração todos esses aspectos, qual seria o material didático de apoio que o professor utilizaria no auxílio às questões sobre sexualidade e educação sexual? As aulas de biologia abarcam a anatômica do corpo, mas e os aspectos sociais e psicológicos, como trabalhar na sala de aula?

Segundo Schmitz (1993) o material de apoio é a ponte entre as palavras e a realidade efetiva. Tendo como essência a função de ajudar o educando a refletir, possibilitando o desenvolvimento de sua imaginação e sua capacidade de estabelecer coerências. É aproximar o aluno da realidade e auxiliá-lo a retirar dela o que contribui para sua aprendizagem

Nas últimas décadas, profundas transformações sociais alteraram e vem alterando concepções, práticas e identidades sexuais. Novas formas de relacionamento, estilo de vida, se tornaram mais acentuados a partir dos anos de 1970 e aceleraram essas transformações sociais ainda mais nas décadas seguintes (LOURO, 2000). No contexto escolar ainda existe

muito silenciamento por assuntos que dizem respeito à sexualidade, esse ato aparentemente bloqueado, trazido por um histórico social, também impede muitos educadores de levarem a discussão de sexualidade até a sala de aula.

Silva e Carvalho (2005) às oportunidades de desenvolvimento profissional nunca se esgotam por isso o professor nunca dominará totalmente sua trajetória, necessitando buscar novos caminhos constantemente.

No entanto, existem outras realidades, como o medo da orientação sexual escolar, que precisa ser superado para que haja visão mais compreensiva dos alunos sobre o assunto. No entanto, a partir do momento que o indivíduo é integralizado no ambiente escolar, é inevitável que este sujeito não esteja ligado a termos referentes à sexualidade. Nesse sentido, precisa-se discutir a formação com que estão sendo preparados os professores para encarar a orientação sexual na escola, cuja maioria se sente despreparada para abordarem essa temática. O professor, como sujeito que também possui sexualidade relacionada com suas vivências, necessita ficar atento para que não ocorra transmissão de valores, crenças e opiniões como verdades absolutas no ambiente escolar (SILVEIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo humano oferece um vasto universo simbólico e cultural para o campo da educação, em especial para os educadores da EJA que lidam com uma diversidade corporal (idade, sexo, etnia, classe social, orientação sexual entre outras) tão significativamente presente em sala de aula. Esse trabalho buscou iniciar uma discussão acerca das múltiplas possibilidades de lidar com a temática do corpo do ponto de vista educacional, humano e ético.

A educação sexual na escola é tema relevante, pertinente e proporciona momentos de reflexões e aprendizados para os alunos e educadores. Apesar dos professores compreenderem a sexualidade como algo natural, porém ligada ao sexo, é que se propõe aprimoramentos fundamentais para a construção de novos saberes no âmbito da sexualidade e da educação sexual no contexto escolar. Sendo assim, para o desenvolvimento da educação sexual podem ser utilizadas diferentes estratégias. Uma das mais citadas pelos professores é a utilização de materiais didáticos, mas é um fator limitante nas salas de aula, já que os professores relataram durante a pesquisa que há uma carência de materiais adequados. Neste sentido, problematizar a sexualidade nos espaços de formação de educadores e a elaboração de materiais didático-pedagógicos para que o trabalho da educação sexual se efetive nas escolas, devem ser colocados em pauta no âmbito das políticas públicas de formação e capacitação para a área da Educação. Assim, considera-se pertinente a produção e distribuição de materiais didáticos que abordem alguns temas relacionados à sexualidade e que possam facilitar a abordagem desse tema. Por fim, tem-se que, apesar dos professores apoiarem a educação sexual na escola, eles a consideram em um caráter preventivo. Dessa forma, percebe-se a necessidade de cursos de capacitação para os professores cujo

objetivo seja aprofundar as temáticas da sexualidade e, conseqüentemente, proporcionar aos educadores maior respaldo nas explicações em sala de aula, e no aporte à materiais científicos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARBIER, RENÉ. A pesquisa-ação. Brasília, Liber Livro. 2007. 159 p.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos. Portugal. Porto Editora, 1994. 336 p.

FREIRE, PAULO. A pedagogia do oprimido. 46ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, PAULO. A importância do ato de ler. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967.

FURLANI, JIMENA. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2011. 190 p.

FRANCO, MARIA LAURA P. B. Análise de conteúdo. Brasília. Liber Livro. 3 ed. 80p

LOURO, GUACIRA L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 07-34

BARCELOS, N. S. et al. Educação sexual: relato de uma experiência. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 7, Edição especial n. 2, p. 150-160, 1996. 2. BENITES, M. J. de O. Educação sexual e formação docente: um estudo a partir de concepções discentes. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006. 3.

BRAGA, E. R. M. Sexualidade Infantil: a importância da formação de professores (as) na questão de gênero. In: CARBELLO, S. R. C.; COMAR, S. R. (Org.). Educação no século XXI: Múltiplos desafios. Maringá: Eduem, 2009. p. 129-139. 4.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos – apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/ SEF, 1998. 5.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Seção V Da Educação de Jovens e Adultos). Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2013. 6. CORDEIRO, J. A relação pedagógica: a didática em ação. In:_____. Didática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 97-116. 7. FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7,n.1,p. 1-21 2006. Disponível em:< <http://www.periodicos.udesc.br/index>.

GOELLNER, SILVANA V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes;

NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.) Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. Petrópolis, Vozes, 2003.

HEILBORN, MARIA L. Sexualidade e identidade: entre o social e o pessoal. In: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência Hoje na Escola, v. 11: Sexualidade, corpo, desejo e cultura. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: SBPC, 2001.

GUIMARÃES, I. Educação sexual na escola: mito ou realidade. Campinas SP: Mercado das Letras, 1995 (Coleções Dimensões da Sexualidade). 14. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

. SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-118. 21.

SCHMITZ, E. Fundamentos da didática. 7. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. 22. SILVA, M. P.; CARVALHO, W. L. P. Desenvolvimento do conhecimento pedagógico do conteúdo de sexualidade na vivência das professoras. Revista Ciência & Educação, Bauru, v. 11, n. 1, p. 73-82, 2005. 24.

VITIELLO, N. Reprodução e sexualidade: Um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994. 25.
WEREBE, M. J. G. Sexualidade, política e educação. Campinas, SP: Editora: Autores Associados, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 20, 35, 36, 40, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 74, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 111, 116

C

Complexidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 21, 22, 55, 81, 82

Corporalidade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

E

Educação de Jovens e Adultos 12, 17, 18, 19, 20, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 64, 66, 68, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 97, 98, 104, 105, 112, 113, 117, 118, 120, 122, 137, 138, 139

Educação Parental 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134

Educação Sexual 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 137

Educadores 3, 36, 55, 61, 81, 83, 89, 90, 91, 92, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 133, 134

EJA 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 132, 137

Envelhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 122

Ética 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 43, 52, 101

F

Formação 2, 3, 7, 9, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 97, 99, 107, 110, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137

Formação Docente 38, 40, 46, 63, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 120

H

História 8, 9, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 38, 64, 70, 91, 94, 95, 99, 101, 106, 114, 115, 117, 137

I

Idosos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 36, 42, 49

L

Legislação 12, 13, 15, 38, 40, 41, 68

Letramento 50, 98, 99, 100, 101, 102, 103

M

Matemática 64, 91, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

P

Parentalidade 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133

Parentalidade Positiva 122, 126, 131, 132, 133

Política Educacional 10, 14, 27, 87, 89, 96

Práticas Educativas 38, 78, 106

S

SUEJA 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37

T

TOPA 3 98

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br